

**GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO INSTITUCIONAL
DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(GPE-Conle)**

BRASÍLIA, 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Grupo de Pesquisa e Extensão Institucional da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (GPE-Conle).

Esse projeto é submetido pelo Diretor da Conle, Geraldo Magela Leite, sendo composto, inicialmente, por **dois** projetos específicos (**Anexos I e II**).

Membros:

Coordenação do GPE	- Fábio de Barros Correia Gomes (coordenador-adjunto do GPE) (http://lattes.cnpq.br/5859254146907966); - Ricardo Chaves de Rezende Martins (coordenador do GPE) (http://lattes.cnpq.br/6914636917207339).
Projeto selecionado por edital - Bicentenário da Independência do Brasil (BIB)	- Bernardo Felipe Estellita Lins (http://lattes.cnpq.br/8834282235116441); - José Ricardo Oria Fernandes; (http://lattes.cnpq.br/8258800323026715); - José Theodoro Mascarenhas Menck (coordenador do projeto) (http://lattes.cnpq.br/8600239444723446); - Luiz Henrique Cascelli de Azevedo (http://lattes.cnpq.br/7485184492987820); - Manuella da Silva Nonô (http://lattes.cnpq.br/3806226387255759); - Ricardo José Pereira Rodrigues (http://lattes.cnpq.br/9612528163473773).
Projeto selecionado por edital - Discurso Parlamentar e Inteligência Artificial (DPIA)	- Christiane Almeida de Aguiar Lacombe (http://lattes.cnpq.br/3176466736074198); - Daniel de Albuquerque Violato (coordenador do projeto) (http://lattes.cnpq.br/1315438609802248); - Eduardo Antonio Mello Freitas (*)



	http://lattes.cnpq.br/0334960807277156 ; - Fábio de Barros Correia Gomes (http://lattes.cnpq.br/5859254146907966); - Marcelo Ferraz de Oliveira Souto http://lattes.cnpq.br/3707721344665935 ; - Pedro Robson Pereira Neiva (*), http://lattes.cnpq.br/5071105098052085 ; - Thiago de Paulo Faleiros (*) http://lattes.cnpq.br/1193412523364471 ;
--	--

Legenda: (*) – participantes externos à Conle.

Linhas de Pesquisa

O GPE-Conle propõe-se a abordar as seguintes linhas de pesquisa:

1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo; 4) Avaliação de Políticas Públicas.

As atividades serão iniciadas com projetos da linha 2 (DPIA) e 3 (BIB e DPIA), selecionados a partir do Edital da Conle nº 01, de 10/08/2021.

Data: 16/11/2021.

Resumo: A partir de 2021, o GPE-Conle desenvolverá pesquisas de interesse institucional, abrangendo linhas adotadas pelo Mestrado em Poder Legislativo do Cefor, de modo a qualificar a assessoria prestada a Deputados e órgãos da Câmara dos Deputados. Também supervisionará pesquisas relacionadas a licenças capacitação de servidores integrantes do GPE. As atividades serão iniciadas com projetos de temática de demanda espontânea, sobre as “Comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil: das Narrativas à Reflexão sobre a Política Contemporânea” e o “Discurso Parlamentar e Inteligência Artificial”. Também serão desenvolvidos projetos indutores a partir de **novo processo seletivo a ser realizado em 2022, envolvendo macroáreas e áreas da Conle.**

2. APRESENTAÇÃO

O relatório final do Grupo de Trabalho sobre Política de Capacitação para a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (GT Capacitação), apresentado em



outubro de 2019),¹ sugeriu a criação de um GPE da Conle, a ser cadastrado como institucional no Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (Cefor), com a finalidade de coordenar estudos de interesse do órgão e supervisionar atividades de licença capacitação de seus membros. O referido GT também sugeriu que o GPE seja composto por coordenador, indicado pelo Diretor da Conle, e por servidores da Conle que desejarem compor o grupo.

Em dezembro de 2020, a Direção da Conle solicitou aos consultores Ricardo Martins e Fábio Gomes a elaboração de projeto para esse GPE, para ser desenvolvido a partir de 2021 e coordenado por ambos.²

Ao longo de 2021, uma versão preliminar do projeto foi apresentada e discutida com a Direção da Conle, a Direção do CEFOR e de seu Mestrado em Poder Legislativo, e com o Comitê de Capacitação da Conle. A partir dessas discussões, foi elaborada versão final de edital para seleção de projetos para o GPE-Conle, cujos resultados foram apresentados em 08/11/21.

Desse modo, as atividades do GPE-Conle serão iniciadas com dois projetos de temática de demanda espontânea, especificados na seção 1 desse projeto geral e detalhados nos **Anexos I e II**. Em 2022, também serão promovidos **projetos indutores abordando temas prioritários, entre os já destacados na seção 3.3 do Edital nº 01/2021. Os projetos indutores serão selecionados por meio de novo edital e poderão ser coordenados por diretores de macroáreas ou coordenadores de áreas da Conle.**

3. PROBLEMA

A Conle é constantemente demandada a assessorar parlamentares na elaboração de normas associadas a políticas públicas e na fiscalização das atividades do Executivo. Para tanto, necessita de informações qualificadas, inclusive as derivadas das atividades do próprio Parlamento, que nem sempre estão sistematizadas ou disponíveis (particularmente as de caráter intersetorial).

Integrantes da Conle vêm produzindo pesquisas e até participando de GPEs do Cefor, contudo, sem uma coordenação que as integrem de forma a colaborarem no atingimento de objetivos estratégicos da instituição. Também várias oportunidades de fortalecimento institucional vêm sendo desperdiçadas, quando as licenças capacitações, ainda que motivadas por interesses individuais, poderiam estar mais bem conectadas com as necessidades institucionais.

¹ O relatório não foi publicado, mas está disponível na Direção da Conle.

² Formalmente, a coordenação será revezada periodicamente.



Ressalte-se que o potencial de pesquisas dos servidores da Conle é amplo e diversificado. O órgão conta com especialistas em áreas como o Direito (em suas várias vertentes), Agricultura, Economia, Administração Pública, Meio Ambiente, Minas e Energia, Desenvolvimento Urbano, Transportes, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Informática, Educação, Cultura, Esportes, Saúde, Relações Internacionais, Direitos Humanos, Segurança Pública, Ciência Política, Previdência e Assistência Social. A possibilidade de integração ou realização de estudos em áreas específicas ou transversais de várias áreas pode e deve ser estimulado.

4. OBJETIVOS

O GPE-Conle possui como objetivo principal coordenar estudos de interesse do órgão, para: a) sistematizar informações geradas pelo Legislativo Federal e por outras fontes necessárias à qualificação do exercício de suas competências institucionais; b) orientar esforços de pesquisa (de curta ou longa duração) de seus integrantes, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição.

Também compartilha objetivos dos demais GPEs do Cefor, quais sejam:

- a) estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos e à proposição de práticas inovadoras para a solução de problemas;
- b) incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas;
- c) enriquecer as atividades parlamentares e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio da disseminação do conhecimento produzido;
- d) divulgar resultados de pesquisa por meio de publicação de caráter técnico-científico em periódico, revistas técnicas, livro, anais de congresso, biblioteca digital e outros.

Os objetivos específicos dos projetos específicos associados a esse GPE estão detalhados nos **Anexos I e II**.

5. JUSTIFICATIVA

Com a ampliação de cenários de crise social, econômica e sanitária no Brasil e no mundo, além da escassez de recursos humanos na Conle (intensificada pela não reposição de servidores aposentados), é relevante coordenar os esforços de seus integrantes (inclusive na área de pesquisa), para colaborar no atingimento dos objetivos institucionais.

Conforme mencionado em reunião com a Direção da Conle, realizada em 07/12/20, esse GPE poderá: a) representar um espaço para unir interesses individuais



às necessidades do órgão, de modo sustentável; b) reduzir lacunas de conhecimento em suas áreas técnicas e macroáreas, inclusive em temas intersetoriais; c) estimular o envolvimento de servidores em pesquisas; d) aproveitar a experiência de GPEs compostos por seus servidores; e e) ampliar a integração com as linhas de pesquisa do Mestrado em Poder Legislativo do Cefor.

6. REVISÃO DA LITERATURA

Considerando que esse é um projeto que agrupa outros mais específicos, as revisões de literatura estão detalhadas em tais projetos (ver **Anexos I e II**). Nessa seção serão identificadas: a) normas relacionadas a grupos de pesquisa na Câmara dos Deputados; b) as linhas de pesquisa já adotadas pelo Cefor; c) as experiências com GPEs, compostos por servidores da Conle; e d) informações relacionadas a pesquisas, coletadas entre servidores da Conle pelo GT Capacitação.

A Portaria 31/2006, da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2006) dispõe sobre a criação e funcionamento de Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) do Programa de Pós-Graduação do Cefor.

Essa norma identifica os seguintes objetivos para os GPEs: I - estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; II - incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; III - enriquecer as atividades parlamentares e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio da disseminação do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor.

Os GPEs serão constituídos, exclusivamente, por servidores da Câmara dos Deputados ou por servidores da Câmara e pesquisadores externos, mediante parcerias estabelecidas com pessoas físicas ou jurídicas. O responsável pelo GPE deverá ser, necessariamente, um servidor da Casa, com qualificação acadêmica ou profissional para executar o projeto ou atividade proposta.

Foram previstas as seguintes diretrizes para os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos GPEs: I - diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e funcionamento do Poder Legislativo; II - promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das práticas do Poder Legislativo; III - propor novas perspectivas e ampliar o conhecimento produzido na Câmara dos Deputados.

Também foram especificadas as seguintes linhas temáticas preferenciais: I - organização e funcionamento do parlamento: processo legislativo, atividade político-parlamentar, técnica legislativa e pronunciamento parlamentar; II - fiscalização e



controle da administração pública; III - cidadania e práticas democráticas de representação e participação política; IV - orçamento público; V - o Poder Legislativo e suas relações com os demais Poderes e outras instituições; VI - Estado, governo e direito constitucional.

A Portaria 31/2006 estabelece que o servidor da Câmara dos Deputados terá permissão para executar, durante sua jornada de trabalho, as atividades atinentes ao projeto, no limite de: I - 3 (três) horas semanais, se membro do grupo; II - 6 (seis) horas semanais, se responsável pelo projeto. Tais atividades serão desenvolvidas em horário a ser acordado com o titular do órgão de sua lotação, sendo vedado o acúmulo das horas semanais.³

Os projetos de pesquisa e extensão serão avaliados durante a sua execução pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do Cefor, observados os seguintes itens: I - o cumprimento do cronograma proposto; II - a participação dos membros nas atividades, com base em declaração do responsável pelo projeto; III - a entrega dos relatórios parciais e relatório final.

Aprovado o relatório final (pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do Cefor), o servidor participante de projeto de pesquisa ou extensão fará jus a: I - certificado de participação em projeto de pesquisa e extensão emitido pelo Cefor; II - retribuição pela produção intelectual resultante do projeto, nos termos do Anexo V, da Portaria-DG nº 96, de 2003, alterada pela Portaria-DG nº 108, de 2005; III - preferência para a atividade de orientação discente quando docente do Programa de Pós-Graduação.

Editais do Cefor têm especificado regras para o registro de novos GPEs. Conforme mencionado no [Edital nº 10](#) do Cefor (2016), o último elaborado para seleção de GPEs, as propostas feitas por órgãos da Casa obedecem ao regime de fluxo contínuo, podendo ser encaminhadas a qualquer momento para o Cefor.

O referido edital indicou as seguintes linhas temáticas para os GPEs:

a) Gestão Pública no Poder Legislativo

- Teorias da Administração Pública aplicadas ao Poder Legislativo
- Gestão de Pessoas no Legislativo (estratégia, processos, projetos, materiais e patrimônio, espaço físico, segurança)
- Gestão da Informação e do Conhecimento no Poder Legislativo
- Orçamento, Finanças e Contabilidade públicos sob a ótica Legislativa

³ Vale destacar que, conforme informações coletadas em reunião com a Direção e a Coordenação de Pós-Graduação do Cefor em 17/03/21, esses dispositivos, provavelmente serão modificados, pois uma nova minuta de norma para os GPEs está em elaboração.



- Regulação, Políticas Públicas e Accountability e o papel do Legislativo

b) Processos Políticos do Poder Legislativo

- Processo Legislativo
- Função Legiferante
- Relações entre os Três Poderes
- Controle e Fiscalização da Administração Pública
- Representação e Representatividade do Parlamentar

c) Política Institucional do Poder Legislativo

- Democracia e Fortalecimento do Parlamento
- Participação e Representação da Sociedade
- Comunicação e Educação para Democracia

Observa-se que as linhas temáticas dos GPEs correspondem às **linhas de pesquisa** do Mestrado em Poder Legislativo do Cefor, conforme divulgado pelo programa (Cefor, 2020a):

1) Gestão Pública no Poder Legislativo

Propõe-se a estudar a Burocracia pública como elemento relevante na construção de democracia. Nesse sentido, cabem, por um lado, estudos relativos à gestão da burocracia do Poder Legislativo em suas várias dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura e outras). Por outro lado, cabem ainda estudos relacionados ao papel do Legislativo no monitoramento, fiscalização e avaliação da burocracia do Executivo na condução de políticas públicas.

2) Processos Políticos do Poder Legislativo

Busca compreender o Legislativo dentro da tripartição clássica dos poderes e do exercício político que lhe dá existência. Dessa maneira, a linha se ocupa de três grandes funções tradicionalmente relacionadas ao Legislativo: a função legiferante, presente no processo legislativo, em geral, e nas diversas fases da elaboração e apreciação das leis, em específico; a função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado; e a função de representar a sociedade que faz parte do Legislativo.

3) Política Institucional do Poder Legislativo

Tem como campo de estudo os saberes e as práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo. Estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas merecem destaque, bem como as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

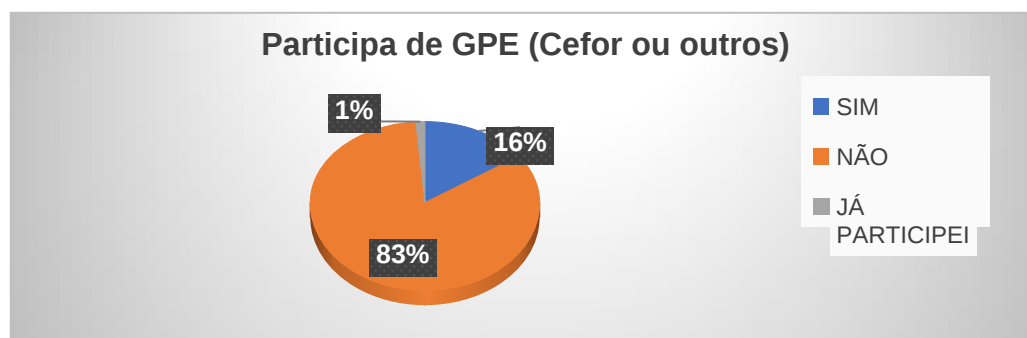


Com relação aos 13 **GPEs em atividade** (Cefor, 2020b), apenas um é composto por servidores da Conle. Trata-se do GPE sobre “O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil”, integrado por Cláudio Carvalho, Fábio Gomes (coordenador), Marcelo Souto e Monica Rubinstein. Esse GPE está inscrito pelo Cefor no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq e criou tipologia para classificação de projetos de lei relacionados à saúde, a qual tem possibilitados estudos sobre a agenda da saúde em tramitação na Câmara dos Deputados (CARVALHO et al, 2019).

Também foi realizado levantamento sobre GPEs que contaram com a participação de Consultores e Analistas da Conle, ainda que não ativos.⁴ Foram detectados mais 11 GPEs, listados no Apêndice II, abordando vários tipos de políticas públicas e objetos de pesquisa.⁵

Quanto a informações sobre pesquisas, coletadas pelo GT Capacitação em agosto de 2019, entre 145 consultores legislativos (71% com mais de 15 anos desde a primeira graduação), 16% referiram participar de grupo de pesquisa e 58% expressaram motivação para participar de grupo de pesquisa na Conle (figura 1).

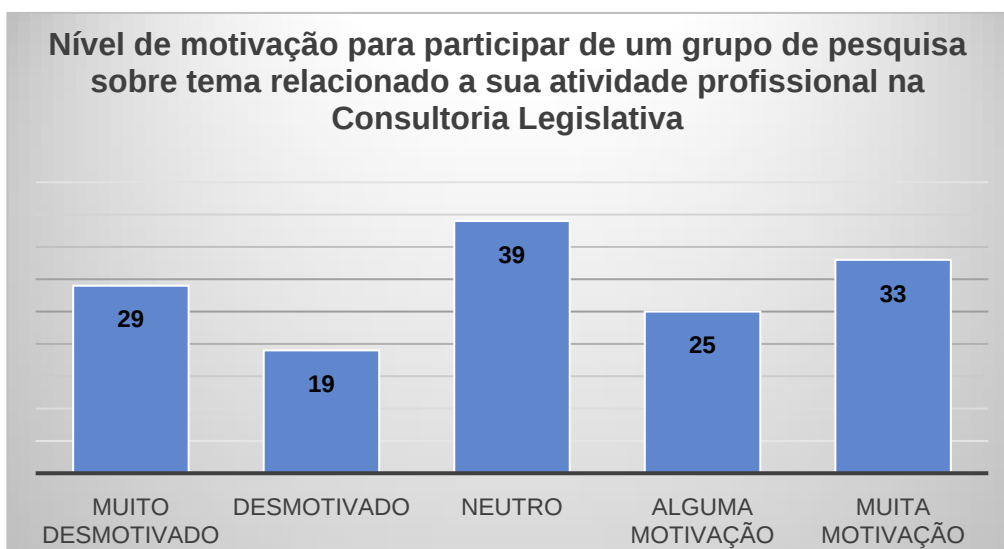
Figura 1. Participação e motivação dos consultores para atividade de pesquisa.



⁴ O levantamento foi realizado pela servidora Lílian Alves Gomes em 07/01/21 a partir do site do Cefor (2021).

⁵ A lista contém 13 GPES, contudo, retirando versões diferentes de um mesmo GPE, foram observados servidores da Conle em 11 GPEs inativos e em 1 ativo.

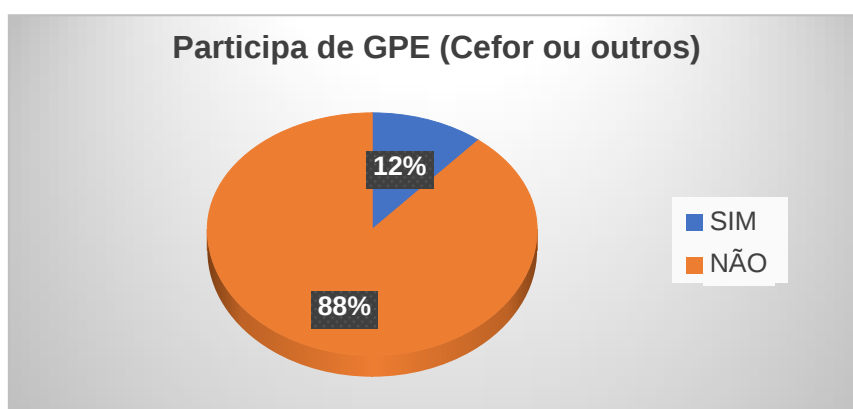


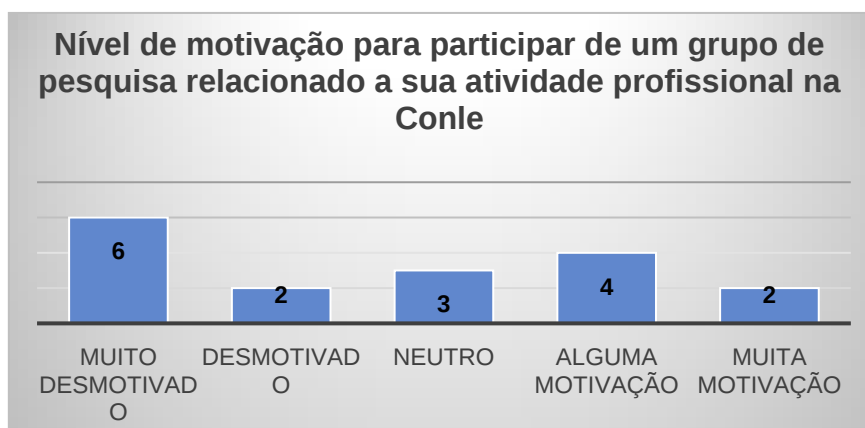


Fonte: Relatório final do GT Capacitação, apresentado em 2019.

Entre os 17 servidores administrativos (82% com mais de 10 anos desde a primeira graduação) que participaram da mesma pesquisa, provenientes de todas as áreas de apoio da Conle (figura 2), 12% referiram participar de grupo de pesquisa e 35% expressaram motivação para participar de grupo de pesquisa na Conle.

Figura 2. Participação e motivação dos servidores administrativos para atividade de pesquisa.





Fonte: Relatório final do GT Capacitação, apresentado em 2019.

Essa pesquisa coletou 69 sugestões sobre parcerias institucionais para parcerias em capacitação e pesquisa. Elas estão detalhadas no apêndice D do relatório final do GT Capacitação e listadas no Anexo III deste documento. Os tipos de instituições sugeridas são apresentados na figura 3.

Figura 3. Tipos de instituições sugeridas por servidores da Conle, para parcerias em capacitação e pesquisa.

Rótulos de Linha	Contagem de Área da Sugestão
Academia	23
Casa legislativa do exterior	4
Escola de governo	10
Instituto de pesquisa	5
Organismo internacional	5
Órgão diplomático	2
Órgão do Congresso	7
Órgão público externo	8
Outro	5
Total Geral	69

Fonte: Relatório final do GT Capacitação, apresentado em 2019.

7. METODOLOGIA

Para satisfazer as finalidades institucionais do GPE-Conle,⁶ serão selecionados projetos específicos a partir de chamadas direcionadas a seus servidores (edital

⁶ Conforme informações coletadas em reunião com a Direção e a Coordenação de Pós-Graduação do Cefor em 17/03/21, atualmente estão sendo priorizados os GPE institucionais e não têm sido realizadas seleções para outros tipos, apenas a manutenção dos que já existem e permanecem produtivos. Essas diretrizes estarão em nova minuta de nova norma para os GPE, em elaboração. Essa minuta também incluirá a exigência de um mínimo de quatro meses de



adotado na primeira chamada encontra-se no Apêndice I, destacando as linhas de pesquisa, objetivos e expectativas de resultado).

Os projetos (inclusive os associados a licença capacitação) serão aprovados pelos coordenadores do GPE-Conle, pelo Comitê de Capacitação da Conle e pela Direção da Conle. Cada projeto será composto por coordenador e servidores, além de estagiários, alunos de mestrado e pesquisadores externos (estes não poderão atuar como coordenadores).

Os membros do GPE-Conle serão cadastrados⁷ no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP-CNPq), enquanto o GPE – Conle permanecer ativo e certificado pelo Cefor.

Haverá ao menos uma chamada anual,⁸ mas projetos de interesse institucional podem ser apresentados e aprovados a qualquer tempo.

Poderão ser aprovados projetos nas linhas definidas pelo Cefor: 1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo; e na linha 4) Avaliação de Políticas Públicas, que atende a temáticas específicas das áreas de atuação da Conle.

A primeira chamada solicitou adesão de servidores (por meio de pré-inscrição⁹ e inscrição final) a temas já identificados como prioritários, como avaliação de políticas públicas, análise da agenda legislativa, direito eleitoral, economia, tecnologia da informação e temas multidisciplinares como: mulher & economia, direitos humanos, idosos, primeira infância, e efeitos da pandemia de Covid-19.

Na fase de ajuste das propostas, a coordenação do GPE poderia propor agrupamentos e revisões, para solucionar eventuais inadequações.

Entre outras medidas para garantir o adequado funcionamento do GPE destacam-se, em relação ao Cefor:

- inscrição do GPE no Diretório de grupos de pesquisa do CNPq;
- orientação técnica para a coordenação (quando possível e pertinente, pois a responsabilidade pela operação do GPE será dos coordenadores e de seus membros);

atividade no GPE, além de certificação ativa do GPE pelo Cefor, para que uma licença capacitação seja aceita para supervisão por GPE.

⁷ O DGP-CNPq utiliza a seguinte denominação para os membros de GPE: líderes do grupo (até dois), pesquisadores, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros. Não está indicado limite para número de “participante pesquisador”.

⁸ As chamadas podem coletar respostas, adesões e outras informações (incluindo dados do currículo Lattes) por meio do *Google Forms* ou e-mail específico.

⁹ A pré-inscrição objetivo facilitar a divulgação de interesses de pesquisa dos servidores e a adesão de membros aos projetos.



- orientação técnica para a organização de reuniões técnicas para divulgar resultados ou coletar subsídios para o GPE;
- autorização para que projetos de licença capacitação supervisionados pelo GPE possam ter a duração de até 3 meses (sem a atual limitação discricionária de 2 meses), caso nova regulamentação sobre os GPE, em elaboração pelo Cefor, assim permita¹⁰.

São previstas as seguintes atribuições para os órgãos da Conle:

Direção

- definição eventual de projetos prioritários de interesse institucional;
- divulgação de edital anual com chamada para selecionar projetos específicos;
- encaminhamento de projeto final do GPE, para a aprovação do Cefor, após a etapa de seleção dos projetos específicos.

Coordenação do GPE

- elaboração de edital anual com chamada para selecionar projetos específicos;
- elaboração de relatório **anual** de acompanhamento da execução do GPE.

Coordenação do GPE e Comitê de Capacitação da Conle:

- seleção de instituições para parcerias em pesquisas;
- avaliação da execução e dos relatórios dos projetos específicos;
- avaliação da execução e a aprovação dos relatórios parciais¹¹ do GPE-Conle.¹²

Coordenadores de Projetos Específicos

- condução das atividades relacionadas ao projeto específico;
- participação em reuniões **trimestrais** com a Coordenação do GPE-Conle;
- elaboração de relatório **anual** de atividades do projeto específico;
- apresentação à Coordenação do GPE-Conle de **proposta de alteração** do projeto originalmente aprovado, caso necessário.

8. CRONOGRAMA

¹⁰ Conforme informações coletadas em reunião com a Direção e a Coordenação de Pós-Graduação do Cefor em 17/03/21.

¹¹ A depender da nova normatização sobre os GPE, em elaboração pelo Cefor.

¹² Conforme informações coletadas em reunião com a Direção e a Coordenação de Pós-Graduação do Cefor em 17/03/21, os GPE institucionais não possuem data para finalizar, logo os relatórios parciais deverão ser enviados periodicamente, para que o grupo mantenha a certificação, atribuída pelo Cefor anualmente, o que permite a manutenção do GPE no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP-CNPq).



Conforme mencionado no último edital do Cefor (nº 10, de 8/11/16), “as propostas feitas por órgãos da Casa obedecem ao regime de fluxo contínuo, podendo ser encaminhadas a qualquer momento para o Cefor”.

O Edital nº 01/2021 teve seus resultados divulgados em 08/11/21. Os cronogramas específicos para os dois projetos selecionados estão detalhados nos Anexos I e II.

Os projetos específicos selecionados estão reconhecidos perante a Conle e podem iniciar atividades de organização a partir de novembro de 2021

Contudo, podem ser necessárias adequações decorrentes da formalização do projeto geral perante o Cefor. O processo de formalização iniciará com a **submissão deste projeto ao Cefor** pela Direção da Conle.



9. BIBLIOGRAFIA

Brasil. Portaria 31/2006, da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, sobre a criação e funcionamento de Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) do Programa de Pós-Graduação do Cefor. Câmara dos Deputados. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2006/portaria-31-29-marco-2006-541687-publicacaooriginal-47468-cd-dg.html>. Acesso realizado em 08/01/2021.

CARVALHO, C. V. ; GOMES, F. B. C.; MACHADO, G. S.; SOUTO, M. F. O.; RUBINSTEIN, M. N. Agenda de saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/37359/agenda_saude_tramitacao_2019.pdf?sequence=1. Acesso em 08/01/2021.

Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (Cefor). Edital nº10, de 8 de novembro de 2016, para seleção de GPEs. Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/Edital_GPE_20162017_abre_inscricoes.pdf. Acesso realizado em 08/01/2021.

_____. Linhas de atuação do Mestrado em Poder Legislativo. Câmara dos Deputados. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/linhas-de-pesquisa>. Acesso realizado em 08/01/2021.

_____. Lista de GPEs em atividade. Câmara dos Deputados. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/gpes-em-atividade>. Acesso realizado em 08/01/2021.

_____. Grupos de Pesquisa e Extensão. Câmara dos Deputados. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes>.



10. APÊNDICE I

CÂMARA DOS DEPUTADOS CONSULTORIA LEGISLATIVA EDITAL Nº 01, de 10 de agosto de 2021.

O Diretor da Consultoria Legislativa – Conle, no uso de sua competência, de acordo com o Resolução da Câmara Dos Deputados nº 48, de 1993, torna público que selecionará propostas de pesquisadores com interesse em participar do Grupo de Pesquisa e Extensão Institucional da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (GPE-Conle), em conformidade ao estabelecido na seção 5 do [Edital nº 10 de 2016](#), do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), no que se refere à criação e funcionamento de Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) Institucionais, nos termos do presente Edital.

1. DO OBJETIVO

- 1.1. O presente edital objetiva selecionar propostas de projetos específicos para compor o GPE-Conle, de modo a orientar esforços de pesquisa (de curta ou longa duração), de acordo com os objetivos estratégicos da Conle, conforme previsto no projeto de instituição desse GPE.

2. DOS PARTICIPANTES

- 2.1. O ingresso de membros no GPE-Conle está vinculado ao pertencimento a um dos projetos específicos, selecionados por meio deste Edital.
- 2.2. Cada projeto específico deverá indicar os nomes de até dois servidores da Conle, que atuarão como coordenadores, bem como os nomes dos demais membros.
- 2.3. Além de servidores da Conle, poderão compor a equipe do projeto: alunos de mestrado do Cefor, pesquisadores externos e estagiários universitários.
- 2.4. Os currículos dos servidores e pesquisadores externos residentes no Brasil deverão estar cadastrados e atualizados na Plataforma Lattes, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br>.

3. DAS DIRETRIZES E DAS LINHAS TEMÁTICAS DAS PROPOSTAS

- 3.1. Os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo GPE-Conle terão como diretrizes:
 - a) diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo;
 - b) promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das práticas do Poder Legislativo;
 - c) propor novas perspectivas e ampliar o conhecimento produzido na Conle.
- 3.2. Os projetos de pesquisa e de extensão deverão, necessariamente, referir-se ao Poder Legislativo e ser vinculados a uma das seguintes linhas temáticas:



- a) **Gestão Pública no Poder Legislativo:**
 - Teorias da Administração Pública aplicadas ao Poder Legislativo
 - Gestão de Pessoas no Legislativo (estratégia, processos, projetos, materiais e patrimônio, espaço físico, segurança)
 - Gestão da Informação e do Conhecimento no Poder Legislativo
 - Orçamento, Finanças e Contabilidade públicos sob a ótica Legislativa
 - Regulação, Políticas Públicas e *Accountability* e o papel do Legislativo
- b) **Processos Políticos do Poder Legislativo:**
 - Processo Legislativo
 - Função Legiferante
 - Relações entre os Três Poderes
 - Controle e Fiscalização da Administração Pública
 - Representação e Representatividade do Parlamentar
 - Redação parlamentar
- c) **Política Institucional do Poder Legislativo:**
 - Democracia e Fortalecimento do Parlamento
 - Participação e Representação da Sociedade
 - Comunicação e Educação para Democracia
- d) **Avaliação de Políticas Públicas:**
 - Análise *ex-ante* (ou de impacto legislativo)
 - Análise de implementação e monitoramento
 - Avaliação *ex-post*
 - Meta avaliação

3.3. Na primeira fase é recomendada prioridade a projetos de avaliação de políticas públicas, análise da agenda legislativa, direito eleitoral, economia, tecnologia da informação e temas multidisciplinares como: mulher & economia, direitos humanos, idosos, primeira infância, e efeitos da pandemia de Covid-19.

3.4. A expectativa é que ao final dos dois primeiros anos do GPE-Conle sejam disponibilizados produtos associados às linhas e temas referidos nos itens 3.2 e 3.3.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1. As propostas serão apresentadas mediante pré-inscrições e inscrições finais, efetivadas mediante apresentação de projetos em formulários específicos – disponíveis em <https://camaranet.camara.leg.br/web/conle> –, a serem encaminhadas para o e-mail conle@camara.leg.br.
- 4.2. As pré-inscrições serão apresentadas no período de 12/08/2021 a 27/08/2021, por meio de formulário simplificado, e deverá conter os nomes dos coordenadores (até dois) e de seus membros, além das seguintes seções: título, introdução, problema de pesquisa, objetivos, justificativa, conforme modelo disponível em <https://camaranet.camara.leg.br/web/conle>.
- 4.3. No período de 30/08/2021 a 03/09/2021, a Diretoria da Conle dará ampla divulgação aos temas das pré-inscrições e aos nomes dos coordenadores



dos projetos, para facilitar adesão de membros, caso seja de interesse desses coordenadores.

4.4. As inscrições finais serão apresentadas no período de 06/09/2021 a 17/09/2021, por meio de formulário que conterá, além das seções da pré-inscrição, as seguintes: revisão preliminar da literatura, metodologia, cronograma preliminar, bibliografia, conforme modelo disponível em <https://camaranet.camara.leg.br/web/conle>.

4.5. O prazo de duração dos projetos é de, no mínimo, dois anos.

5. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Os projetos serão analisados e julgados segundo o mérito e relevância, levando-se em consideração os seguintes critérios:

	Critérios de Análise e Julgamento de Mérito e Relevância
A	Consistência da proposta em relação às linhas temáticas e aos objetivos do presente Edital.
B	Adequação da metodologia proposta.
C	Adequação das atividades e metas propostas.
D	Adequação da capacitação da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostas.
E	Impactos dos resultados esperados e benefícios potenciais para o avanço do conhecimento em relação às linhas temáticas e para a promoção do Legislativo.
F	Mérito e relevância técnica e social da proposta.

5.2. Após a divulgação do resultado preliminar, no período de ajustes dos projetos, a Coordenação do GPE-Conle poderá solicitar adequações ou propor fusão de projetos relacionados.

5.3. O resultado da avaliação, realizada pela Coordenação do GPE-Conle e pelo Comitê de Capacitação da Conle, será homologado pela Diretoria da Conle, de modo que a decisão final sobre a aprovação dos projetos recomendará: aprovação ou não aprovação.

6. DO CRONOGRAMA

Eventos	Datas
Pré-inscrições	12/08/2021 a 27/08/2021
Divulgação de temas das pré-inscrições	30/08/2021 a 03/09/2021
Inscrições finais	06/09/2021 a 17/09/2021
Análise e divulgação do resultado preliminar	20/09/2021 a 05/10/2021
Período de ajustes	06/10/2021 a 19/10/2021
Submissão do resultado da avaliação pela Coordenação do GPE-Conle e pelo Comitê de Capacitação da Conle à Diretoria da Conle para homologação	20/10/2021 a 03/11/2021
Publicação do resultado	04/11/2021 a 05/11/2021



7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. Os membros dos projetos selecionados integrarão o projeto final do GPE-Conle, que será apresentado ao Cefor, para aprovação e inclusão do GPE e seus membros no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP-CNPq), conforme a designação utilizada pela plataforma, enquanto o GPE-Conle permanecer ativo e certificado pelo Cefor.
- 7.2. O membro de projeto ativo há pelo menos 120 (cento e vinte) dias no GPE-Conle poderá requerer Licença para Capacitação para realização de atividades relacionadas à pesquisa.
- 7.3. O(s) coordenador(es) de projeto deve(m) entregar ao GPE-Conle, quando solicitado, relatório anual de produção, com vistas ao acompanhamento e ao registro de informações.
- 7.4. A inclusão e a exclusão de membros dos projetos poderão ocorrer a qualquer tempo e devem ser solicitadas à Coordenação do GPE-Conle.
- 7.5. As publicações (especializadas, não especializadas, livros ou outra modalidade) advindas da execução da proposta de GPE autorizado pela Câmara dos Deputados deverão fazer, obrigatoriamente, referência ao nome da Instituição.
- 7.6. As informações geradas com a implementação dos projetos selecionados poderão ser usadas livremente pela Câmara dos Deputados, não gerando direitos autorais ou quaisquer outros benefícios não previstos neste Edital.
- 7.7. Durante a fase de execução dos trabalhos, toda e qualquer comunicação com a Coordenação do GPE-Conle deverá ser feita, por meio do endereço eletrônico conle@camara.leg.br.
- 7.8. Alterações na implantação do projeto, após a aprovação da proposta, deverão ser solicitadas à Coordenação do GPE-Conle, respeitando as normas do presente Edital, com justificativa detalhada.
- 7.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Diretoria da Conle.

8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 8.1. Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser obtidos pelo e-mail conle@camara.leg.br.

Brasília, 10 de agosto de 2021.

Geraldo Magela Leite
Diretor



11. APÊNDICE II

Os GPEs que contaram com a participação de Consultores e Analistas da Conle e os links para seus respectivos projetos são os seguintes:

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL NO PODER LEGISLATIVO

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/ProjetodepesquisaGPE.pdf>

GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE O LEGISLATIVO E A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL (GPE-SAÚDE)

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE_2.14_2014_23_08_16.pdf

CAPITAL DE RISCO: IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA E PERFIL DESSE SEGUIMENTO NO BRASIL

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE12.12_Capital_de_Risco.pdf

O PAPEL DO PODER LEGISLATIVO NA APROVAÇÃO DE MATÉRIAS RELEVANTES NO PERÍODO DE 1988 A 2002

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE_04_13_Papel_Poder_Ana_Regina_Pagina.pdf

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E NA ELABORAÇÃO DAS LEIS NO CONGRESSO NACIONAL

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE_05_14_Papel_Sociedade_Civil_formulacaoPolíticas_Publicas_Raquel_Aldi_gueri.pdf

EFICÁCIA DA LEI 9.985/2000 - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE_08_14_Eficacia_Lei_9985_2000_Sistema_Nacional_Unidades_Conservacao.pdf

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL (ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTA DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 2010 E 2014) Brasília

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE12.14FinanciamentodeCampanhasEleitoraisnoBrasil_analisedasprestacoesdecontasdecandidatosaseleicoesde2010e2014.pdf

O PARLAMENTO BRASILEIRO E A DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.



<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE14.15DefesaNacionalProjetocontrocademembro.pdf>

A IMPLANTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA AVALIAÇÃO

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE15.15.pdf>

GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE O LEGISLATIVO E A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL (GPE-SAÚDE)

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE5.17_Legislativo_Politica_Sade_FbioBarros.pdf

PODER LEGISLATIVO E ESTADO LAICO

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE8.17_Legislativo_Estado_Laico_Mrcia_Bianchi.pdf

REFORMA POLÍTICA E DIREITO ELEITORAL

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE12.17_Reforma_Politica_Direito_Eleitoral_CarlosDavi.pdf

TEORIA POLÍTICA, CONSTITUCIONALISMO E LEGISLAÇÃO

https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes/GPE13.17_Teoria_Politica_CarlosDavi.pdf



12. Anexo I. Comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil: das Narrativas à Reflexão Sobre a Política Contemporânea

Membros (Conle)

- BERNARDO FELIPE
ESTELLITA LINS
- JOSÉ RICARDO ORIA
FERNANDES
- JOSÉ THEODORO
MASCARENHAS MENCK
- LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE
AZEVEDO
- MANUELLA DA SILVA NONÔ
- RICARDO JOSÉ PEREIRA
RODRIGUES

Coordenador: JOSÉ THEODORO
MASCARENHAS MENCK

Brasília, 2021



1. INTRODUÇÃO

As comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil têm sido tratadas como uma agenda prioritária na Câmara dos Deputados, com a elaboração de exposições, sessões solenes e lançamentos de edições postais (selo e carimbo) a cada ano, acompanhando as principais efemérides que culminaram no Grito do Ipiranga.

Nesse contexto, a equipe da Consultoria Legislativa vem realizando estudos e preparando publicações para divulgação de biografias de personalidades destacadas e para análise dos processos políticos associados à Independência.

Embora já exista um grupo permanente de trabalho para a preparação desses textos, a formalização do Grupo de Pesquisa e Extensão propiciará uma reflexão mais aprofundada acerca da elaboração dessas narrativas e da representação histórica da Independência nos dias atuais.

Até o momento, os seguintes livros foram produzidos, dentro de um cronograma preestabelecido:

- MENCK, José T. M. D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2017. 144 p.
- MENCK, José T. M. D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional. Brasília: Edições Câmara, 2018. 144 p.
- MENCK, José T. M. José Bonifácio de Andrada: patriarca da nacionalidade. Brasília: Edições Câmara, 2019. 246 p.
- MENCK, José T. M. (org.). O Constitucionalismo e o fim do Absolutismo Régio. Brasília: Edições Câmara, 2020. 402 p.
- MENCK, José T. M. Primeiras eleições gerais do Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2021, 310 p.

O objetivo do GPE é avançar nas publicações comemorativas e de análise das circunstâncias da nossa Independência, bem como realizar uma reflexão a respeito do significado do Bicentenário na contemporaneidade.

Trata-se, portanto, de um projeto já em andamento, embora sem a prévia formalização como Grupo de Pesquisa e Extensão – GPE.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

A comemoração das efemérides relacionadas ao ciclo da Independência do Brasil e a narrativa dos principais episódios pode ser examinada, do ponto de vista da formação do Poder Legislativo, sob a óptica de compreender os fatores políticos, sociais e do debate de ideias predominantes à época. Desse modo, pode-se encontrar os fundamentos da criação do Legislativo, e em particular da Câmara baixa, bem como da forma de suas manifestações e dos procedimentos praticados.

Esse exercício pode ser empreendido, também, com o sentido de examinar como essa



narrativa está sendo atualizada e ajustada para atender a problemas e angústias hodiernos, contribuindo para a melhor compreensão do momento que vivemos a partir do olhar ao passado.

3. JUSTIFICATIVA

A produção acadêmica e de divulgação a respeito do ciclo da Independência é abundante. No entanto, a Câmara dos Deputados pode contribuir com uma reflexão legitimada pelo lugar de fala, como uma instituição que nasceu com a Independência e da Independência, mantendo-se atuante e engajada na preservação da Constituição, na representação do povo brasileiro e, mais adiante, na defesa da democracia. O Bicentenário da Independência é, também, o Bicentenário do Poder Legislativo.

Observe-se, ainda, que a equipe que integra o projeto guarda extensa qualificação acadêmica e maturidade para a condução dos trabalhos. Novos membros serão bem-vindos, havendo potencial para agregar à linha atividades complementares de formação técnica e cultural, atendendo a servidores com titulação acadêmica menos avançada.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

- OB-00: Refletir sobre o ciclo da Independência como projeto político nacional e sobre o Poder Legislativo como instituição inseparável desse projeto, explicando sua criação e as motivações dos princípios e procedimentos adotados na prática legislativa.

4.2 Objetivos específicos

- OB-01: Atualizar a narrativa dos episódios que resultaram na Independência do Brasil, dando destaque à evolução das instituições no período, de modo a compreender a formação de nosso sistema político-eleitoral e do Poder Legislativo.
- OB-02: Produzir livros de autoria de membros do grupo ou como obras em colaboração para divulgar episódios e processos marcantes do ciclo da Independência.
- OB-03: Analisar criticamente o papel da narrativa da Independência no atual momento político e social, destacando seus desdobramentos na legitimação do sistema político.

5. REVISÃO PRELIMINAR DA LITERATURA

A revisão da literatura foi encerrada, perdurando sua atualização e expansão ao longo do projeto. Em linhas gerais, está sendo seguida uma orientação clássica da história, em especial



porque o projeto tem caráter institucional de comemoração das importantes efemérides que envolve. Portanto, coloca-se em primeiro plano a narrativa dos grandes personagens do ciclo da Independência, dos processos políticos relevantes para o desenrolar histórico e das circunstâncias sociais em que ocorrem.

Ademais, é preciso ressaltar que há um objetivo de reafirmação do papel do Poder Legislativo e da Câmara dos Deputados como instituições indissociáveis da nacionalidade. Nesse sentido, privilegiam-se os conjuntos documentais que permitem aprofundar esse debate, com inevitável sacrifício de outras vertentes relevantes.

Para uma abordagem exploratória inicial, aspectos gerais da história do Brasil foram tratados a partir dos textos de Boris Fausto (História do Brasil), Lília Schwarcz e Heloisa Starling (Brasil: uma Biografia), José Murilo de Carvalho (Cidadania no Brasil: o longo caminho) e, mais adiante, das obras de divulgação de Eduardo Bueno (Brasil: uma História), Laurentino Gomes (1808, 1822) e Thales Guaracy (A Criação do Brasil).

No entanto, na medida em que o trabalho evoluiu, optamos por revisitar textos clássicos e reavaliar seus relatos e observações, em especial José da Silva Lisboa (História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil), João Manuel Silva (História da Fundação do Império Brasileiro), Porto Seguro - Varnhagem (História da Independência do Brasil), Oliveira Lima (O Movimento da Independência) e Mello Moraes (História do Brasil Reino e Brasil Império).

Uma contextualização da situação brasileira no âmbito da evolução política da América Latina no século XIX foi desenvolvida com o apoio do texto de Marshall Eakin (The History of Latin America), do compêndio organizado por Miguel Centeno e Agustin Ferraro (State and Nation Making in Latin America and Spain) e mais recentemente, nos aspectos relacionados à Argentina, na obra de Ezequiel Adamovsky (Historia de la Argentina: Biografía de un País).

Temas específicos, ainda que em termos de contextualização do debate, foram examinados nas obras de Carlos Chagas (O Brasil sem Retoque, vol. 1); Matías M. Molina (História dos Jornais no Brasil) e Nelson Werneck Sodré (História da Imprensa no Brasil) nos aspectos relativos à imprensa no período da Independência, de Arnaldo Niskier (Educação Brasileira: 500 anos de história), sobre educação e de Walter Costa Porto (O Voto no Brasil), Manuel Emílio Gomes de Carvalho (Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821), Maria Beatriz Nizza da Silva (Formas de Representação Política na Época da Independência) e da compilação publicada pelo TSE (Eleições no Brasil: Uma História de 500 Anos), em relação à evolução do processo eleitoral.

Em relação ao ciclo da Independência, merece ser destacada, ainda, leitura realizada a partir de textos de Evaldo Cabral de Mello (A outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824) e Iara Souza (A Independência do Brasil).

Essas análises foram iniciadas nos primeiros estágios do projeto e gradualmente desenvolvidas. Desse modo, já se encontram estendidas e desdobradas em uma ampla pesquisa bibliográfica que, passando pela obra de Otávio Tarquínio de Sousa (História dos Fundadores do Império do Brasil), pode ser verificada nas referências e notas das publicações já editadas sob a



autoria ou coordenação de José T. M. Menck, que coordena o projeto.

Em relação à cautela na interpretação histórica no presente, seguimos as preocupações de vários autores, a exemplo de Jacques Le Goff (*A História Nova – Nouvelle Histoire*) e Michel Foucault (*Il Faut Défendre la Société*), no sentido de estar alertas quanto à narrativa histórica ser, em certa medida, uma narrativa da contemporaneidade, refletindo o ethos, o estar no mundo, atual. Desse modo, mantemos uma permanente crítica a respeito das análises que extraímos do confronto do trabalho de outros historiadores com os documentos que revisitamos.

Diversos registros encontram-se disponíveis na íntegra ou em fac-símile na internet.

Em relação às publicações jornalísticas, esgotamos a análise do *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa até 1822, trabalho que é objeto de publicação em preparação, de autoria de José T. M. Menck, que deverá ir ao prelo pelas Edições Câmara até 2022.

Também é importante mencionar a utilização da Hemeroteca Digital mantida pela Biblioteca Nacional, disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Para a preparação do estudo sobre as Cortes de Lisboa, foi realizada leitura dos anais, disponíveis em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>.

Nossa primeira Constituição pode ser acessada em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>.

Os anais de 1826 do Parlamento brasileiro encontram-se disponíveis em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28839/browse?value=Brasil.+Congresso+Nacional.+C%C3%A2mara+dos+Deputados%2C+1826&type=subject>.

Foram consultados textos de diversos diplomas legais, a exemplo das Ordenações Alfonsinas, Manuelinas e Filipinas, disponíveis em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>, em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/> e em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

Textos jurídicos foram também extensamente consultados na coleção das leis brasileiras editada em 1889 pela Biblioteca Nacional.

6. METODOLOGIA

O projeto vem sendo desenvolvido há alguns anos, apensar de não ter sido formalizado como GPE, por prevalecer seu caráter institucional comemorativo. No entanto, pela observação dos resultados alcançados, evidencia-se uma base de estudos e pesquisas amplamente desenvolvida.

Em relação à natureza da metodologia adotada, a tabela explicativa a seguir destaca o caráter privilegiado dos procedimentos de revisão bibliográfica e de documentos.



Subprojeto	Modalidade	Procedimento de coleta	Fonte de informação
Levantamento preliminar	Exploratória	Bibliográfico	Secundária
Brasileira da CD	Exploratória	Bibliográfico	Secundária
Projeto institucional	Descritiva	Bibliográfico	Secundária
Vinda da Corte ao Brasil	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
D. Leopoldina	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
D. João VI	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
José Bonifácio	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Constitucionalismo	Explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Imprensa	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Cortes de Lisboa	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
O Fico	Descritiva e explicativa	Bibliográfico	Secundária
D. Pedro I	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Consolidação da Independência	Explicativa	Bibliográfico	Secundária
Constituição de 1824	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Instalação da Câmara	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Abdicação e regência	Descritiva e explicativa	Bibliográfico e documental	Primária e secundária
Encerramento	---	---	---

Quanto aos passos seguidos em cada subprojeto, após uma revisão bibliográfica inicial é feito um debate para cruzamento de informações entre os participantes. Decide-se então prosseguir por duas trilhas alternativas: o apoio a um texto de referência que foque uma personagem central para conduzir a narrativa crítica (abordagem adotada até agora nos textos relativos a D. Leopoldina, D. João VI, José Bonifácio e no estudo em elaboração sobre Hipólito José da Costa) ou em uma compilação enfocando um processo ou episódio específico (abordagem preferida nos textos sobre as Cortes de Lisboa e a atuação dos representantes brasileiros).

Em alguns casos, desenvolve-se em paralelo uma preparação de um roteiro para exposição, que tem sido realizada no corredor de acesso ao Plenário.



7. CRONOGRAMA PRELIMINAR

Para compreensão do cronograma oferecido a seguir, é preciso observar mais uma vez que o projeto já vem sendo conduzido há alguns anos, apesar de não estar formalmente consignado como GPE.

A linha de trabalho vem seguindo a trilha da evolução histórica do ciclo da Independência, iniciando-se em 1808 com a vinda da Corte ao Brasil. Desse modo, ano a ano, tem sido preparada uma série de textos de divulgação histórica e de análise política que acompanha o processo de formação da nossa Nação e, nesse contexto, do nosso Parlamento.

	Etapa	Prazo	Situação
1	Estudos preliminares		
1.1	Levantamento bibliográfico	2007	Encerrada
1.2	Revisão da brasiliana da Câmara dos Deputados	2008	Encerrada
2	Vinda da Corte ao Brasil		
2.1	Revisão da literatura	2007	Encerrada
2.2	Análise crítica	2007	Encerrada
2.3	Preparação de texto de referência	2008	Encerrada
2.4	Preparação de modelo de exposição	2008	Encerrada
2.3	Exposição	2008	Encerrada
2.4	Publicação	2008	
3	Concepção do projeto institucional		
3.1	Linha do tempo da Independência	2013	Encerrada
3.2	Concepção geral do projeto	2013	Encerrada
3.3	Concepção e desenho de emissões	2014	Encerrada
3.4	Concepção e desenho das exposições	2014	Encerrada
3.5	Comissão Especial curadora	2017	Instituída
4	D. Leopoldina		
4.1	Revisão da literatura e análise	2015	Encerrada
4.2	Preparação de texto de referência	2015	Encerrada
4.3	Preparação de modelo de exposição	2016	Encerrada
4.4	Livro de divulgação	2017	Encerrada
4.5	Emissão filatélica	2017	Encerrada
4.6	Exposição	2017	Encerrada
5	D. João VI		
5.1	Revisão da literatura e análise	2016	Encerrada
5.2	Preparação de texto de referência	2017	Encerrada
5.3	Preparação de modelo de exposição	2017	Encerrada
5.4	Livro de divulgação	2018	Encerrada
5.5	Emissão filatélica	2018	Encerrada
5.6	Exposição	2018	Encerrada
6	José Bonifácio		
6.1	Revisão da literatura e análise	2017	Encerrada
6.2	Preparação de texto de referência	2018	Encerrada



	Etapas	Prazo	Situação
6.3	Preparação de modelo de exposição	2018	Encerrada
6.4	Livro de divulgação	2019	Encerrada
6.5	Emissão filatélica	2019	Encerrada
6.6	Exposição	2019	Encerrada
7	Constitucionalismo		
7.1	Revisão da literatura e análise	2018	Encerrada
7.2	Sistema de votação na Colônia	2019	Encerrada
7.3	Análise comparativa com AL	2020	Encerrada
7.4	Aspetos políticos e sociais	2020	Encerrada
7.5	Preparação de texto de referência	2020	Encerrada
7.6	Preparação de modelo de exposição	2020	Encerrada
7.7	Livro de divulgação	2020	Encerrada
7.8	Emissão filatélica	2020	Encerrada
7.9	Exposição	2021	Encerrada
8	A imprensa no ciclo da Independência		
8.1	Revisão da literatura e análise	2019	Encerrada
8.2	A Imprensa Régia	2019	Encerrada
8.3	Hipólito José da Costa e o Correio	2020	Encerrada
8.4	Jornais locais e o debate da Independência	2020	Encerrada
8.5	Evolução da imprensa e perspectivas atuais	2021	Encerrada
8.6	Preparação de texto de referência	10/2021	Em andamento
9	As Cortes de Lisboa		
9.1	Revisão da literatura e análise	2020	Encerrada
9.2	Revisão dos anais das Cortes	2020	Encerrada
9.3	Preparação de texto de referência	2021	Encerrada
9.4	Preparação de modelo de exposição	2021	Encerrada
9.5	Livro de divulgação	2021	Encerrada
9.6	Exposição	2021	Encerrada
9.7	Emissão filatélica	2021	Encerrada
10	O Fico		
10.1	Revisão da literatura e análise	10/2021	Em andamento
10.2	Preparação de texto de referência	12/2021	Não iniciada
10.3	Preparação de modelo de exposição	12/2021	Não iniciada
11	D. Pedro I		
11.1	Revisão da literatura e análise	12/2021	Não iniciada
11.2	Preparação de texto de referência	03/2022	Não iniciada
11.3	Preparação de modelo de exposição	03/2022	Não iniciada
11.4	Livro de divulgação	09/2022	Não iniciada
11.5	Emissão filatélica	09/2022	Não iniciada
11.6	Exposição	09/2022	Não iniciada
12	Consolidação da Independência		
12.1	Revisão da literatura e análise	10/2022	Não iniciada
12.2	Preparação de texto de referência	12/2022	Não iniciada
12.3	Preparação de modelo de exposição	12/2023	Não iniciada
12.4	Exposição	03/2023	Não iniciada



	Etapas	Prazo	Situação
13	O Poder Legislativo na Independência		
13.1	Revisão da literatura e análise	12/2022	Não iniciada
13.2	Preparação de texto de referência	03/2023	Não iniciada
13.3	Preparação de modelo de exposição	03/2023	Não iniciada
13.4	Livro de divulgação	09/2023	Não iniciada
14	A Constituição de 1824		
14.1	Revisão da literatura e análise	11/2022	Não iniciada
14.2	Estudo crítico da Carta de 1824	02/2023	Não iniciada
14.3	Preparação de texto de referência	08/2023	Não iniciada
14.4	Preparação de modelo de exposição	08/2023	Não iniciada
14.5	Livro de divulgação	03/2024	Não iniciada
14.6	Exposição	03/2024	Não iniciada
15	Instalação da Câmara em 1826		
15.1	Revisão da literatura e análise	11/2024	Não iniciada
15.2	Eleições e instalação da Câmara	02/2025	Não iniciada
15.3	Preparação de texto de referência	08/2025	Não iniciada
15.4	Preparação de modelo de exposição	08/2025	Não iniciada
15.5	Livro de divulgação	05/2026	Não iniciada
15.6	Emissão filatélica	05/2026	Não iniciada
15.7	Exposição	05/2026	Não iniciada
15.8	Atuação dos primeiros Deputados	09/2029	Não iniciada
16	Abdicação e Regência		
16.1	Revisão da literatura e análise	12/2029	Não iniciada
16.2	Preparação de texto de referência	08/2030	Não iniciada
16.3	Preparação de modelo de exposição	08/2030	Não iniciada
16.4	Livro de divulgação	04/2031	Não iniciada
16.5	Exposição	04/2031	Não iniciada
17	Encerramento do projeto institucional		
17.1	Relatório final	06/2031	Não iniciada

Em paralelo com os estudos em andamento, haverá em 2022 uma intensa agenda de preparação de eventos, em vista da comemoração do Bicentenário, na qual os membros do GPE participarão com a preparação de estudos críticos específicos.



8. BIBLIOGRAFIA

ADAMOVSKY, Ezequiel. Historia de la Argentina: biografía de un país. Buenos Aires: Paidós, 2020.

CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 24ª ed. 2001.

CARVALHO, José M. A Construção da Ordem/Teatro das Sombras. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, Manuel E. Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821. Brasília: Senado Federal, 2003.

CHAGAS, Carlos. O Brasil Sem Retoque, 1808-1964: a História contada por jornais e jornalistas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CENTENO, Miguel A. e Agustin E. FERRARO. State and Nation Making in Latin America and Spain. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

EAKIN, Marshall C. The History of Latin America: collision of cultures. Nova Iorque: St. Martin's Griffin, 2007.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP. 24ª ed. 2019.

FOUCAULT, Michel. Il Faut Défendre la Société. Paris: Gallimard/Seuil, 1997.

GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.

GUARACY, Thales. A Criação do Brasil, 1600-1700. São Paulo: Planeta, 2018.

LE GOFF, Jacques. A Nova História. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LISBOA, José S., visconde de Cairu. História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1829.

MELLO MORAES, A. J. História do Brasil-Reino e do Brasil-Império. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

MENCK, José T. M. D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2017.

MENCK, José T. M. D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional. Brasília: Edições Câmara, 2018.

MENCK, José T. M. José Bonifácio de Andrada: patriarca da nacionalidade. Brasília: Edições Câmara, 2019.

MENCK, José T. M. (org.). O Constitucionalismo e o fim do Absolutismo Régio. Brasília: Edições Câmara, 2020.

MENCK, José T. M. Primeiras eleições gerais do Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2021.

MOLNA, Matias M. História dos jornais no Brasil, vol 1. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

NISKIER, Arnaldo. Educação Brasileira: 500 anos de história (1500-2000). São Paulo: Melhoramentos, 1989.



OLIVEIRA LIMA, Manuel. O Movimento da Independência. Brasília: Funag 2021.

PORTO, Walter C. O Voto no Brasil: da Colônia à 6ª República. Rio: Topbooks, 2002.

SCHWARCZ, Lília M. e Heloisa M. STARLING. Brasil: uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, João M. História da Fundação do Império Brasileiro, v. 5. Rio: Garnier, 1868.

SILVA, Maria B. Formas de Representação Política na Época da Independência. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

SODRÉ, Nelson W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

SOUZA, Iara L. C. A Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições no Brasil: Uma História de 500 Anos. Brasília: TSE, 2014.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro. História da Independência do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1957.



Membros: Daniel de Albuquerque Violato, Fábio de Barros Correia Gomes, Christiane Almeida de Aguiar Lacombe, Marcelo Ferraz de Oliveira Souto, Thiago de Paulo Faleiros, Pedro Robson Pereira Neiva, Eduardo Antonio Mello Freitas

Coordenador: Daniel de Albuquerque Violato

Brasília, 2021



1. INTRODUÇÃO

O projeto começou a ser pensado por Daniel de Albuquerque Violato, consultor legislativo da Área XX e doutorando em lógica e filosofia da matemática na Universidade de Brasília. Sua pesquisa busca fundamentação para a matemática baseada em lógica com duas negações (inspiradas em ideias expostas por Kant na Crítica da Razão Pura). O intuito maior é investigar como essa fundamentação impacta os problemas revelados por Kurt Gödel em seus teoremas de incompletude publicados em 1931. Desidentificando a noção de verdade matemática com a de demonstração, os resultados apresentados por Gödel revolucionaram o modo como a matemática é pensada, e até hoje não há consenso sobre muitas das implicações do que foi demonstrado.

Para construir essa fundamentação alternativa, o pesquisador tem estudado com afinco a chamada Teoria Intuicionista de Tipos, desenvolvida por Martin Löff por volta da década de 1980. Essa teoria é muito importante para a computação em geral, sendo relevante também para outros interesses do idealizador deste projeto. Além de ser programador hobbista, o consultor estuda filosofia da mente e, em particular, o tema da inteligência artificial.

Assim, ao analisar o Edital nº 1 de 2021 da Consultoria Legislativa, o servidor entendeu cabível a criação de grupo de pesquisa sobre os impactos da inteligência artificial nos discursos parlamentares. Foram buscados outros interessados em pesquisar esse tema. Entre os consultores legislativos, manifestaram pronto interesse em serem membros do grupo: Fabio de Barros Correia Gomes, Christiane Almeida de Aguiar Lacombe e Marcelo Ferraz de Oliveira Souto. Além disso, Leandro Alves Carneiro e Alexandre de Brito Nobre consideraram que o projeto é muito importante, mas acrescentaram que não podem participar no momento.

Entre os pesquisadores externos à consultoria, revelaram intenção de participar: Thiago de Paulo Faleiros, professor de ciência da computação na UnB; Pedro Robson Pereira Neiva, professor de ciências política na UnB trabalhando especificamente análise do discurso parlamentar juntamente com o professor Faleiros e; Eduardo Antonio Mello Freitas, servidor do Lab Hacker e doutorando da Universidade de Lisboa.

Por fim, além de entender que o tema é de grande relevância institucional, há objetivos pessoais dos pesquisadores associados ao projeto. Conciliar as funções de pesquisador com as de consultor legislativo não é simples. Assim, será muito bem-vindo qualquer apoio institucional reconhecendo valor laboral à pesquisa (pela concessão de licenças, afastamentos, custeio de participações em atividades relevantes, entre outros). Além disso, suportes de estagiários e auxílios administrativos que o Cefor puder prover serão muito proveitosos para que as pesquisas possam alcançar resultados mais expressivos.



2. PROBLEMA DE PESQUISA

O grupo pretende investigar as relações entre o discurso parlamentar e a inteligência artificial, examinando os impactos do que já existe e os desdobramentos que podem ser esperados nos próximos anos. Atualmente, a opinião pública é amplamente formada em redes sociais e outros meios tecnológicos inexistente ou pouco desenvolvidos há duas décadas.

Esse contexto já é bastante favorável ao emprego de inteligência artificial para a prospecção e até mesmo para a produção de informações. Hoje, robôs já podem ser utilizados para conhecer como a população pensa e sente sobre determinado tema político particularmente sensível. A mesma tecnologia já pode ser empregada, inclusive, para induzir o compartilhamento de algumas crenças e valores. Ao lado de aspectos louváveis, essas possibilidades também podem representar graves ameaças.

Em qualquer democracia, é bastante saudável que o parlamentar esteja em contato com a opinião pública para melhor atender as demandas populares. Quando discursa, o representante está, não raro, buscando demonstrar como sua atuação é positiva e merecedora de votos. Meios tecnológicos empregados com essa finalidade podem ser bastante produtivos. Por outra perspectiva, os novos instrumentos podem ser utilizados de forma deletéria ao Estado Democrático de Direito. Esse é o caso, por exemplo, da produção e divulgação de notícias falsas.

Está claro, portanto, que o discurso parlamentar está inserido em novo contexto e que, como toda grande novidade, essa precisa ser melhor compreendida.

3. JUSTIFICATIVA

Embora ainda estejamos vivendo o início da chamada Quarta Revolução Industrial, a inteligência artificial já se mostra presente em inúmeras áreas do cotidiano, inclusive em algumas afetas à produção de textos. Apenas para citar um exemplo, economias avançadas já dão sinais de que esse tipo de tecnologia ameaça o mercado de trabalho de algumas áreas jurídicas. Atualmente, muitas peças de elevada qualidade já podem ser produzidas com emprego de tecnologia da informação dispensando contribuição humana que, há pouco, era imprescindível para a função realizada pela máquina.

Quanto aos discursos parlamentares, o tópico anterior indicou casos em que a inteligência artificial já pode se apresentar como caracterizadora de um novo contexto. Vale destacar que o avanço tecnológico tem feito seus efeitos serem sentidos de forma cada vez mais acelerada. Com isso, é bastante plausível que, no intervalo de uma década, a presença da IA na produção de discursos seja bastante expressiva, com oportunidades e ameaças que já podem ser sentidas. Inclusive, entre os membros propostos para este grupo, há pesquisadores de renomadas instituições que já se dedicam



ao tema, ativamente pesquisado no âmbito da ciência política há cerca de duas décadas.

Para não ser surpreendida indevidamente, é conveniente que a Câmara dos Deputados já invista na compreensão do problema. Com isso, estará mais preparada para antecipar complicações e planejar sua transição para a nova realidade que já se vislumbra.

4. OBJETIVOS

O objetivo geral do grupo é investigar os impactos da inteligência artificial no discurso parlamentar e propor à Câmara dos Deputados medidas para melhor se adequar a esse contexto. Especificamente, é esperado suporte institucional a essa investigação. Como já mencionado, os pesquisadores diretamente ligados à Câmara dos Deputados poderão dedicar parte do tempo de trabalho à pesquisa por meio de licenças, asfaltamentos, custeio em participação em eventos de pesquisa e outras medidas semelhantes.

Além disso, os professores da UnB relataram que a pesquisa que já realizam sobre a relação da inteligência artificial com a análise do discurso político tem encontrado obstáculos por falta de suporte institucional. O profissional de TI está muito demandado pelo mercado e isso tem constituído entrave ao encontro de bons pesquisadores para fazer a investigação avançar. Assim, eles esperam que possa haver alguma oferta de bolsa, contratação de estagiário ou qualquer forma de suporte análoga a essas.

Afinal, cuidam-se de incentivos que podem auxiliar o legislativo brasileiro a estar melhor inserido no contexto de intensas mudanças que já se anunciam com vigor.

5. REVISÃO PRELIMINAR DA LITERATURA

O emprego de recursos computacionais para a análise de textos políticos está muito longe de ser novidade. Em 2003, pesquisadores vinculados à prestigiada Trinity College publicaram artigo intitulado *Extracting Policy Positions from Political Texts Using Words as Data*. O texto logo se tornou importante referência no assunto. A novidade era o método que ficou conhecido como *wordscore*, que consiste em uma abordagem estatística para analisar as palavras que ocorrem em textos políticos.

Na ocasião, sequer existiam redes sociais e os autores apontavam que a abordagem era importante em razão da disponibilidade fácil e barata de vasto volume de textos - que, infelizmente, não era totalmente aproveitado em razão dos custos de contratação.¹³ Por isso, propuseram técnica

¹³ "In a world where vast volumes of text are easily, cheaply, and almost instantly available, the systematic analysis of political text has the potential to be immensely liberating for the researcher. [...]. The big obstacle to this process of liberation, however, is that current techniques of systematic text analysis are very resource intensive, typically involving large amounts of highly skilled labor." (Laver: 2003, p. 311).



que entendem se distanciar radicalmente das técnicas tradicionais por tratar palavras não como discursos, mas sim como dados reveladores da posição política dos seus autores.¹⁴

Após apresentar a técnica e a análise dos dados por ela produzidos, os autores concluíram ter demonstrado a eficácia de sua proposta¹⁵. Além disso, apontaram três benefícios da técnica: estima, rapidamente a posição política do autor a baixo custo,¹⁶ permite mensurar incertezas¹⁷ e pode ser aplicada a qualquer língua.¹⁸ Por fim, arrematam dizendo que tiveram sucesso em apresentar técnica com duas condições de uso: o contexto estar precisamente definido e o uso de texto de referência.¹⁹

A proposta gerou muito debate e, cinco anos depois, foi apresentado outro método respondendo ao *wordscore*. Em 2008, outro pesquisador da Trinity College juntamente com um da Universidade da Califórnia publicaram artigo propondo nova abordagem. Com o título *A Scaling Model for Estimating Time-Series Party Positions from Texts*, o artigo propunha-se a aperfeiçoar a técnica apresentada em 2003.

O cerne do novo método seria o enfoque nas frequências com que as palavras ocorrem em manifestos partidários para estimar a posição do partido ao longo do tempo.²⁰ Antes de apresentar sua própria abordagem, referem-se explicitamente ao artigo anteriormente mencionado como propondo grande avanço ao apresentar técnica fácil de implementar e aplicável a praticamente qualquer cenário.²¹ Além disso, destacam que a nova proposta pretende justamente aperfeiçoar o método anterior.²²

Depois da exposição técnica, os autores mostram-se satisfeitos com os resultados, comparáveis com os de métodos tradicionais e tendo benefícios semelhantes aos do *wordscore*.²³ Ao final, admitem limitações da própria abordagem e demonstram entusiasmo com as perspectivas que as investigações abrem a toda a ciência política.²⁴

¹⁴ "Our technique breaks radically from "traditional" techniques of textual content analysis by treating texts not as discourses to be read, understood, and interpreted for meaning-either by a human coder or by a computer program applying a dictionary-but as collections of word data containing information about the position of the texts' authors on predefined policy dimensions." (Laver: 2003, p. 312).

¹⁵ "Our word scoring approach to placing political texts on policy dimensions has been demonstrated to be effective at replicating the results of content analysis techniques based on human- or computer-coding." (Laver: 2003, 329).

¹⁶ "First, it produces policy estimates for texts whose positions are unknown, at a low cost and terrific speed" (2003, p. 329).

¹⁷ "Second, unlike traditional methods of content analysis, our technique provides quantitative measures of uncertainty for text-based estimates of policy positions." (Laver: 2003, p. 329)

¹⁸ "Finally, because it treats words simply as data rather than requiring any knowledge of their meaning as used in the text, our word scoring method works irrespective of the language in which the texts are written." (2003, p. 329).

¹⁹ "In short, our technique works as well as we have shown it to work because, in practice and in a precisely defined context, individual words convey information about policy positions, information revealed in the preliminary analysis of the reference texts." (Laver: 2003, p. 330).

²⁰ "This article presents a statistical model that adds to and improves upon the existing methodologies by estimating party positions, and their associated uncertainty, over time using word frequencies from manifestos." (Grimmer: 2008, p. 705).

²¹ "Laver, Benoit, and Garry (2003) make great advances in computer-based content analysis [...]. This method clearly constitutes a breakthrough for quantitative content analysis of manifestos. It is easy to implement, and researchers can apply it in almost any setting." (Grimmer: 2008, p. 707).

²² "There are several issues with the Wordscores technique, which our approach aims to address" (Grimmer: 2008, p. 707).

²³ "We have demonstrated that our approach produces estimates of party positions which correspond well with positions from other estimation techniques. [...] our approach is much less cost and time intensive, it is easily replicable, and it produces a more accurate time series with uncertainty estimates." (Grimmer: 2008, p. 719).

²⁴ "There are certain limitations associated with our current model specification and the algorithm which open up a research agenda and which should be addressed in future work. [...] This set of questions opens up exciting new avenues for research on party positions and



Dez anos depois do primeiro artigo aqui mencionado, foi publicado *Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts*. Assinado por pesquisadores de Stanford e Harvard, o teor geral desse artigo já se distingue dos demais.

O otimismo ainda predominava, havendo destaque para os bons resultados a baixo custo.²⁵ Ocorre que, nessa ocasião, o tema já não era tratado como novidade, com o artigo mencionando a existência de inúmeros métodos. Ele mesmo examinou seis diferentes técnicas, esclarecendo que já havia tantas que não podiam ser cobertas em único artigo.²⁶ Eles também esclareceram que os métodos já cobriam praticamente todos os ramos da ciência política.²⁷ A quantidade de métodos era elevada mesmo deixando de lado técnicas como as de processamento de linguagem natural, ainda pouco utilizadas em ciência política.²⁸

Além disso, o otimismo já era mais restrito, havendo claro destaque para a necessidade de métodos de validação para todas as técnicas.²⁹ Desse modo, o artigo ponderava que a análise automática de textos era promissora de capacidade inferencial para a ciência política sem precedentes,³⁰ mas que também havia o risco de a promessa ser frustrada pela necessidade de os benefícios pressuporem muita atividade humana de confirmação.³¹ Apesar disso, concluíram que a pesquisa era promissora, pois, superadas as limitações, já era esperada verdadeira revolução na ciência política.³²

O que se verifica da leitura desses três artigos, portanto, é que, em apenas dez anos, o emprego de técnicas computacionais para analisar textos políticos avançou significativamente e de forma muito promissora. Existe quantidade muito grande de material a ser estudado, tratando de técnicas adequadas a grande diversidade de interesses.

Desse modo, há clara tendência ao aumento do número de métodos, bem como ao seu aperfeiçoamento. Em única década, o assunto floresceu massivamente, gerando grande quantidade de resultados a serem debatidos. Depois disso, já está próximo o transcurso de outra década, durante a qual a análise automática de textos se mostrou presente, inclusive no cotidiano de muitas pessoas.

ideology estimated from political texts, which is reflected by an increasing number of studies that combine quantitative linguistic analysis with the study of political ideology. (Grimmer: 2008, p. 720).

²⁵ "We show how automated content methods can make possible the previously impossible in political science: the systematic analysis of large-scale text collections without massive funding support." (Slapping: 2013, p. 268).

²⁶ "No one article can hope to survey such a massive field." (Slapping: 20013, p. 269).

²⁷ "Across all subfields of political science, scholars have developed or imported methods that facilitate substantively important inferences about politics from large text collections." (Slapping: 2013, p. 268).

²⁸ "This is most apparent with the absence of natural language processing methods to parse sentences and understand events (Jurafsky and Martin 2009). These methods are certainly useful in other fields, but have yet to gain widespread use in political science." (Slapping: 2013, p. 269).

²⁹ "And because text analysis methods are necessarily incorrect models of language, the output always necessitates careful validation." (Slapping: 2013, p. 294).

³⁰ "The vast array of potential applications captures well the promise of automated text analysis and its potential pitfalls. The promise is that the methods will make possible inferences that were previously impossible." (Slapping: 2013, p. 295).

³¹ "The pitfalls are that applying these methods will take careful thought and reasoning." (Slapping: 2013, p. 295).

³² "If scholars recognize the limitations of statistical text models and demonstrate the validity of their measurements, automated methods will reach their promise and revolutionize fields of study within political science." (Slapping: 2013, p. 295).



Com essa perspectiva de expansão do que já não é pequeno, é impossível fixar de antemão quais serão os autores utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Como se verá adiante, uma das etapas do projeto tem por objetivo selecionar os autores e técnicas mais promissores para avançar na compreensão do seu objeto específico.

Isso porque alguns dos métodos mencionados nos artigos são explicitamente direcionados aos discursos parlamentares, enquanto outros foram desenvolvidos para tratar de manifestos partidários. Além disso, o objetivo dos autores é avançar a ciência política, o que não é propriamente a missão deste parlamento. Por isso, a avaliação e escolha de alguns entre todos os autores relevantes é tarefa difícil, que demanda muito debate e precisa ser um dos estágios da pesquisa.

Depois da seleção, será necessário examinar os artigos detidamente. Para isso, muitas obras podem ser relevantes. O professor Thiago Faleiros recomenda o livro *Applications of Topic Models*, do qual seu orientador de doutorado é um dos autores. No entanto, essa é apenas uma referência possível, uma vez que nenhuma obra que cobre todos os métodos potencialmente relevantes. Sequer é possível fixar previamente quais serão as técnicas pertinentes. Em todo caso, o livro já se mostrou muito útil para a monografia do seu orientando Victor Landim Teixeira Pinheiro.

Também é importante destacar que o Professor Faleiros já discute projeto próprio com o Professor Neiva. Eles têm como objetivo a reunião de competências específicas das áreas de ciência política e ciência da computação. Pretendem, com isso, poder avaliar os discursos dos parlamentares brasileiros (deputados e senadores) desde a retomada da democracia em 1985. Pretende-se, mais especificamente, identificar semelhanças e diferenças associadas a diversas categorias dos representantes, tais como: gênero, profissão, idade, formação acadêmica, cargos exercidos anteriormente, origem regional, filiação partidária, aliança do seu partido ao governo federal etc.

No entender do Professor Neiva, "o foco sobre o discurso, utilizando técnicas sofisticadas de inteligência artificial, poderá contribuir para o aperfeiçoamento do Legislativo brasileiro em vários aspectos, tais como: classificar os discursos de parlamentares; definir palavras-chave; identificar tipos de textos, permitindo agrupá-los por temas, partidos, regiões de origem dos parlamentares; facilitar a pesquisa da sociedade sobre os temas que as interessam nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado; sugerir temas e parlamentares que se dedicam a temas específicos; identificar as posições assumidas por parlamentares. Dessa forma, o projeto prestará um serviço à sociedade, aumentando a transparência do Legislativo, a sua prestação de contas e a participação dos cidadãos e sua interação com seus representantes".

Afinal, o tema desta pesquisa é claramente atual, uma vez que era tratado como novidade há 20 anos e continua cercado de dúvidas. Também é original porque não parece ter ocorrido qualquer



pesquisa desse tipo especificamente focada e patrocinada por instituição legiferante. Por fim, é pertinente porque a presença desse tipo de tecnologia em todas as áreas de nossas vidas tem clara perspectiva de crescimento, e, dada a complexidade dos assuntos, precisa ser compreendida para que oportunidades sejam aproveitadas e ameaças sejam evitadas.

6. METODOLOGIA

O tema desta pesquisa é amplamente multidisciplinar. Esse atributo, aliás, é claramente aplicável à Tecnologia da Informação, que é apenas uma dessas áreas pertinentes ao estudo da inteligência artificial. Além disso, outra área de conhecimento muito relevante para a investigação é a ciência política. Por fim, há que ser considerado que não se trata de pesquisa puramente acadêmica. Ao ser patrocinada por instituição estatal, o tipo de informação considerada interessante ganha outro viés. Isto é, a compreensão dos interesses peculiares da instituição é muito relevante para o sucesso da pesquisa.

Essas três áreas são amplas e complexas, não sendo razoável esperar que qualquer dos pesquisadores vinculados ao grupo dominem as três competências. Desse modo, sendo o projeto aprovado e fixados os membros do grupo, é preciso definir em qual dos domínios cada pesquisador situa suas aptidões e interesses. Com isso, torna-se possível distribuir trabalhos e organizar debates de forma eficaz.

Inicialmente, é preciso mapear quais são os artigos que tratam das metodologias de análise automática de textos. Nesse momento, buscaremos identificar principalmente as que tratam da análise de discursos políticos, mas pode ser interessante incluir outras técnicas. Posteriormente, caberá examinar detalhadamente os principais desses artigos. Nesse momento, os textos poderão ser distribuídos de acordo com as três competências mencionadas para que grupos de pesquisadores estudem os artigos visando classificá-los. Esse trabalho será guiado por instrumento elaborado previamente, contendo categorias como: pressupostos de aplicação, limitações, ano de apresentação, vantagens particulares e etc.

A partir daí, já será possível debater o que estiver sendo estudado. O grupo dedicado a cada artigo poderá apresentar suas conclusões aos demais e, espera-se, muitas dúvidas e comparações surgirão. Nisso, o próprio parâmetro de classificação poderá ser aprimorado e o conhecimento será progressivamente compartilhado com todos os membros do grupo. Ao final, será formado um relatório tabulando as características das técnicas, permitindo fácil visualização do que já foi desenvolvido.

Com esse panorama, haverá significativo conhecimento do que tem sido feito e dos resultados que já podem ser obtidos. O momento, então, será oportuno para debater perspectivas futuras. Não é



possível fixar agora os temas mais pertinentes a serem investigados. Como visto no tópico anterior, as perspectivas futuras e potenciais de algumas tecnologias são misteriosas até para quem já está diretamente pesquisando esse tema em tempo integral. No caso deste projeto, espera-se que muitos temas surgirão dos debates sobre as técnicas que já são empregadas. Nesse momento, será adequado participar de cursos, organizar seminários e workshops, enfim, realizar atividades que se mostrarem adequadas ao desenvolvimento de competências na equipe. Afinal, todas as atividades aqui propostas coordenam-se para alcançar o objetivo de compreender o que já pode ser feito e quais são as perspectivas de futuro das técnicas de inteligência artificial no âmbito dos discursos parlamentares.

7. CRONOGRAMA PRELIMINAR

É muito difícil esboçar um cronograma muito preciso. O objeto da pesquisa é inovador e envolve muitas incertezas até para quem já se dedica a dele de forma profissional. Além disso, a maioria dos pesquisadores deste projeto tem outra atividade como principal e nunca atuou conjuntamente em outro grupo de pesquisa. Isso dificulta significativamente o conhecimento da produtividade que pode ser esperada de cada um. Em todo caso, parece razoável esperar o seguinte cronograma:

Mês 1: levantamento de todos os artigos publicados em revistas internacionalmente relevantes que tratam do objeto deste projeto de pesquisa.

Mês 2 a mês 12: estudo, apresentação e discussão de 1 a 3 dos artigos selecionados na etapa anterior a cada mês.

Mês 13 a 24: estudo e debate das perspectivas de futuro para o desenvolvimento da relação entre a inteligência artificial e os discursos parlamentares.

8. BIBLIOGRAFIA

BOYD-GRABER, Jordan; HU, Yuening; MIMNO, David. Applications of Topic Models. Foundations and Trends in Information Retrieval. Volume 11, Issue 2-3, 2017.

GRIMMER, Justin. STWEART, Brandon M. Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts. Oxford University Press. 2013.

LAVER, Michael; BENOIT, Kenneth; GARRY, John. *Extracting Policy Positions from Political Texts Using Words as Data*. American Political Science Review Vol. 97, No. 2, 2003.

PINHEIRO, Victor Landim Teixeira. *Aplicação de Modelos de Tópicos em análises automatizadas de discursos de senadores brasileiros*. Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Engenharia da Computação. Orientador Prof. Dr. Thiago Faleiros. Brasília, 2021.

SLAPPING, Jonathan B.; PROKSCH, Sven-Oliver. *A Scaling Model for Estimating Time-Series Party Positions from Texts*. American Journal of Political Science, Vol. 52, No. 3, 2008.



Sugestões de servidores da Conle sobre parcerias institucionais, presentes no relatório final do GT Capacitação da Conle.

Área da Sugestão	Sugestões de parcerias
Academia	UnB, o IBRE/FGV em Brasília
Academia	Universidades locais para condução de projetos de elaboração de artigos que possam ser aplicados em licença capacitação
Academia	UnB, Universidade de Brasília, para cursos de Processo Legislativo e de Processo Orçamentário.
Academia	Universidades brasileiras, latino americanas, americanas e europeias
Academia	UnB
Academia	Academia Brasileira de Direito e Economia
Academia	Fundação Getúlio Vargas
Academia	Universidade de Brasília. Na área de meio ambiente, existem vários departamentos na UnB que podem ajudar com parcerias.
Academia	UNISINOS, ABDCONST, Escola Brasileira de Estudos Constitucionais (EBEC);
Academia	UnB (na área de ciência política
Academia	UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E ESTRANGEIRAS
Academia	UnB
Academia	UnB; FGV
Academia	UnB e outras universidades brasileiras com pesquisas sobre o poder legislativo e políticas públicas.
Academia	USP, UnB, FGV e UFMG, que são instituições de ponta na área do direito constitucional.
Academia	Insper
Academia	UnB em línguas
Academia	Doutorados e Mestrados a distância (serão, em muito breve, autorizados pelo MEC)
Academia	FGV; UnB;
Academia	Fiocruz
Academia	Insper
Academia	UnB
Academia	Universidades federais
Casa legislativa do exterior	Pares internacionais, EUA, RU, França e Alemanha
Casa legislativa do exterior	Órgãos congêneres à Conle ou à Câmara.
Casa legislativa do exterior	Congressional Research Service (Library of Congress)
Casa legislativa do exterior	Parlamentos de outros países, particularmente dos que têm configuração em direito semelhante à nossa: Alemanha, França e que tais
Escola de governo	Parcerias com o ISC/TCU, e com o ILB/Senado Federal.
Escola de governo	ESAF e com a Escola da AGU, Universidade do Banco Central.



Escola de governo	Enap, Escola Virtual de Governo
Escola de governo	UniBacen (já vem sendo desenvolvida c o Banco Central)
Escola de governo	ENAP
Escola de governo	Enap
Escola de governo	Enap
Escola de governo	Enap, Esaf
Escola de governo	ESAF
Escola de governo	Escola nacional de ciências estatísticas do ibge
Instituto de pesquisa	FLACSO,Itaucultural
Instituto de pesquisa	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
Instituto de pesquisa	Ipea
Instituto de pesquisa	FCC (tem ótimos cursos na área de educação)
Instituto de pesquisa	Ipea
Organismo internacional	Órgãos do sistema ONU, como CEPAL, UNCTAD, UNIDO.
Organismo internacional	Unesco e seus institutos IIPE/Unesco/Buenos Aires
Organismo internacional	ORGANISMOS INTERNACIONAIS
Organismo internacional	Parceria com a OCDE para estudo das experiências internacionais na tributação da renda e do consumo.
Organismo internacional	Organização Mundial da Saúde
Órgão diplomático	Embaixadas
Órgão diplomático	Embaixada dos Estados Unidos - Direitos Humanos
Órgão do Congresso	TCU
Órgão do Congresso	Parceria com o Cefor
Órgão do Congresso	CEDI
Órgão do Congresso	Cefor, Cedi
Órgão do Congresso	Consultoria de Orçamento do Senado ou da Câmara e TCU nas questões relacionadas a orçamento e SIAFI; ENAP, para políticas públicas. Contratação privada para comunicação.
Órgão do Congresso	Órgãos da Casa, principalmente o Cefor
Órgão do Congresso	TCU
Órgão público externo	Órgãos e entidades do Poder Executivo
Órgão público externo	Agronegócio, tais como: como Banco Central, Mapa, Ministério da Economia, Banco do Brasil.
Órgão público externo	ÓRGÃOS DOS PODERES FEDERAL E ESTADUAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Órgão público externo	Ministério da economia
Órgão público externo	Órgãos dos outros poderes, afins com as áreas
Órgão público externo	IBGE
Órgão público externo	Instituições policiais e judiciárias
Órgão público externo	Ministério da Saúde, Datasus
Outro	Bolsa de Valores
Outro	Associação dos Advogados de SP .
Outro	Entidades do mercado.
Outro	Instituições internacionais
Outro	McKinsey & Company

